

Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas

Maria Ângela Beirante

Preâmbulo

A cidade dos séculos XII a XV, que progrediu à custa do êxodo rural, teve de criar novas formas de enquadramento e convivência. Concentrados no interior das muralhas ou acantonados nos arrabaldes, os novos cidadãos sofrem de desenraizamento e da falta de protecção que antes lhes dispensavam as tradicionais solidariedades de sangue. Em sua substituição, cultivaram outras solidariedades, quer naturais quer artificiais. Algumas procuram reproduzir modelos tradicionais e campestres, enquanto outras são inovadoras e tipicamente urbanas. Desenvolvem-se então novas sociabilidades que têm os seus espaços próprios. Traço comum a todos eles: nos espaços quotidianos da cidade medieval, a privacidade ocupava um lugar reduzido, porque a fronteira entre o privado e o público era frágil e quase transparente.

São inúmeros e polivalentes os espaços da sociabilidade urbana.

Em primeiro lugar, destacarei o espaço interior das igrejas, não apenas lugar de oração, mas de reunião festiva e até política. A vocação social da igreja prolonga-se ainda pelo adro, simultaneamente cemitério, lugar de comércio e de festa.

O rossio, espaço residual e periférico, característico de cidades e vilas portuguesas, onde se realizavam feiras e treinos militares, foi, em muitos casos, o lugar escolhido para a fixação das ordens mendicantes. Surgem, deste modo, os largos de pregação, pólos dinamizadores da convivência cidadina. Numa segunda etapa de crescimento, estes antigos rossios perderam a categoria de espaços periféricos e ganharam foros de centralidade, como ocorreu, por exemplo, em Lisboa.

As fontes, os poços e os chafarizes eram lugares destacados da sociabilidade urbana. O mesmo podemos afirmar acerca dos banhos, que existiam praticamente em todas as cidades portuguesas. Situados em pontos concorridos, eram frequentados por pessoas de ambos os sexos, mas, a avaliar pelas disposições dos costumes de Riba Coa, havia dias destinados às mulheres e outros destinados aos homens¹.

Não podemos esquecer os espaços de sociabilidade separada, representados pelas judiarias e mourarias, que continham em si uma réplica dos principais espaços da cidade em que estavam inseridas.

Um “pólo quente” da sociabilidade urbana era a mancebia ou bairro prostitucional, que se situava, em regra, perto do centro da cidade, em íntima ligação com as estalagens. Sendo destinado às mulheres que “faziam pelos homens”, estava, como é óbvio, vedado a qualquer outra mulher. Curiosamente, a função que se lhe atribuía era zelar pela moralidade dos costumes. Por isso, a organização da mancebia, em qualquer cidade medieval, era tida por um serviço público da maior utilidade².

Sem menosprezo do significado convivencial destes e doutros espaços urbanos, dedicarei aqui particular atenção à casa, à rua e à praça.

¹ Luís Filipe Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 81.

² Maria Ângela Beirante, «As mancebias nas cidades medievais portuguesas», *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, 1986, pp.221-241.

A casa

A casa é, como se sabe, o espaço privado por excelência. Forais e costumes são unânimes em protegê-la, proclamando assim a inviolabilidade do domicílio. Em contrapartida, o derrube ou simples destelhamento da casa era uma das penas mais graves previstas pelo direito medievo³.

A casa era um bem precioso, não pela sua grandeza nem pelo seu conforto, mas pela segurança real ou psicológica que proporcionava ao seu ocupante. Na realidade, a superfície média da casa comum das cidades portuguesas da Idade Média oscilava entre os 35 e os 40 m², havendo-as mais pequenas. Os materiais eram muito variáveis, desde a pedra à madeira, passando pelo tijolo, a taipa e o adobe, estando a telha bastante vulgarizada⁴.

Nas cidades do Sul, predominava a casa térrea, ou seja, de um só piso. O seu espaço interno achava-se em regra dividido em dois compartimentos: casa dianteira e casa de dentro. A primeira, que abria directamente para a rua, era o lugar onde se fazia o lume, se cozinava, se comia e trabalhava. A segunda divisão, que em Évora se chamava celeiro e em Santarém ou Tomar podia ser designada por câmara, correspondia à parte mais íntima do lar. Era onde se dormia, mas também onde se guardavam as provisões, não sendo de estranhar que nela se encontrasse uma cova de pão. A ausência de janelas e aberturas obrigava a ter a porta aberta durante todo o dia. Era também pela porta que saía o fumo, dado que as chaminés eram raras.

Em cidades nortenhas e mesmo em algumas do Sul, como Lisboa, as casas sobradadas, ou seja, de primeiro andar, parecem suplantam em número as de rés-de-chão, o que não significa necessariamente um aumento substancial da área coberta. De facto, a casa sobradada podia limitar-se a ter duas divisões na vertical para uma maior rentabilidade do espaço. À de baixo chamam os documentos loja ou sótão; à de cima, câmara. A loja podia ser utilizada como tenda, oficina ou palheiro. O acesso ao primeiro andar fazia-se obviamente por meio de escada e a câmara recebia a luz do dia através de uma janela ou de uma fresta. Mas a casa sobradada podia dispôr de três ou quatro divisões, o que, além de ocupar uma superfície maior, proporcionava uma maior especialização funcional. Quando a casa tinha três divisões, a câmara cobria apenas uma das lojas, podendo a outra ser utilizada como cozinha. Quando possuía quatro divisões, era possível que a cozinha passasse para o primeiro andar e que uma das lojas fosse utilizada como cavaliçã ou adega. Casas deste tipo podiam ser ocasionalmente valorizadas com a construção de uma escada exterior, de um alpendre ou com a abertura de um balcão, segundo o gosto e as posses do seu proprietário. Podiam, eventualmente, dispôr de um pequeno quintal, que servia de prolongamento à habitação, porém, este tipo de solução não seria tão frequente quanto habitualmente se julga.

Em termos de distribuição social, podemos talvez opinar que, enquanto uma casa de duas divisões quadrava bem a um mesteiral, a de três ou quatro podia ser ocupada por um mercador ou por um elemento da pequena nobreza. Os da arraia-miúda podiam, em muitos casos, ter de se contentar com um único compartimento. Os membros das oligarquias urbanas, que no século XV se intitulam cidadãos e fidalgos, preferiam casas mais espaçosas com maior número de divisões. Eram os chamados assentamentos de casas que, em Évora, chegavam a ter mais de uma dúzia de compartimentos, incluindo palheiros, estrebarias, adegas, casa do poço e ainda

³ Marcello Caetano, *História do Direito Português*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1981, p. 256.

⁴ Vários historiadores se têm interessado pela casa medieval portuguesa. Por todos, veja a síntese de Manuel Silvío Alves Conde, «Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média», *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999, pp. 257-297. E ainda Maria da Conceição Falcão Ferreira, «Habitação urbana corrente, no norte de Portugal medieval», *Edades, Revista de Historia*, Universidad de Cantabria, vol. 6 (2.º semestre, 1999), p. 11-17.

pátios e quintais com árvores. Alguns destes conjuntos possuíam uma casa-torre, o que os aproximava dos paços. Aproximava-os igualmente destas construções simbólicas do poder o facto de alguns deles disporem de uma ampla divisão chamada sala, correspondente ao espaço de representação e de recepção das casas nobres⁵. A sala abria para a rua por uma ou duas janelas de assentos ou de sacadas e o seu chão, como o das câmaras, era eventualmente ladrilhado de mosaico, como nos fazem crer as representações pictóricas de interiores nobres ou burgueses. Não faltavam aqui as chaminés e, num caso ou noutro, há referências a eirados ou terraços⁶.

Durante o século XV, os reis portugueses tomaram a iniciativa de embelezar as artérias principais das cidades onde possuíam imóveis, mandando construir casas de um estilo novo destinadas à burguesia. Tratava-se de uma casa ampla e sólida assente em arcos de cantaria, com paredes de pedra e cal e que incluía um passeio coberto para peões. Este modelo, que ainda se observa na Praça de Évora, foi preconizado por Afonso V para a Rua Nova de Lisboa⁷.

Os inventários medievais mostram que, em qualquer casa, o mobiliário era sempre escasso e pouco variado. As peças fundamentais eram a cama, a arca e os bancos. Nas mais ricas era indispensável o cofre, enquanto a mesa tinha importância secundária, sendo em regra desmontável⁸. O maior ou menor grau de conforto media-se em tapetes e almofadas, que serviam de assento; em "godemecis" e panos de armar, com que se revestiam as paredes. O conforto e o luxo traduziam-se ainda na qualidade e abundância das roupas de cama, bem como na variedade e valor das peças de loiça.

Em termos de ocupação, nas cidades portuguesas medievais, dominava a habitação unifamiliar, o que é sintoma de indiscutível individualismo. Porém, a nível da casa mais comum, ou seja, da maioria, a escassez e a polivalência do espaço não permitiam qualquer privacidade. Sendo o quarto comum a toda a família, a promiscuidade era inevitável. Em tais condições, a rua era uma alternativa vital.

A soleira da porta era, durante o dia, o lugar de sociabilidade mais apetezido. Actividades essencialmente femininas, como coser, fiar, pentear, catar, conversar com as vizinhas, realizavam-se nesse espaço limiar. À noite, no Inverno, era ao calor e à luz da lareira que o convívio familiar se estabelecia. Nas casas grandes, onde o espaço era mais compartimentado, as famílias gozavam de maior privacidade e recato. A rua não entrava directamente no seu quotidiano, mas indirectamente, como espectáculo, através da janela ou do balcão.

A rua

Por norma, a rua medieval, já o sabemos, era estreita e tortuosa, tinha becos semiprivados, escadinhas e passadiços e só excepcionalmente era pavimentada.

As ruas identificavam-se por um nome que nada tinha de convencional, pois a toponímia medieval partia de realidades concretas⁹. Eram muitas vezes conhecidas pela profissão dos seus

⁵ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses. Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (Séculos XII a XVI)*, dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 25.

⁶ Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias - O património urbano da *Ordem* de Cristo em Évora no início do século XVI -, *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 61-79.

⁷ Iria Gonçalves, - Aspectos económico-sociais de Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia-, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 11-60.

⁸ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 4.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1981, p. 81.

⁹ Amélia Aguiar Andrade, - Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas -, *Actas das Jornadas Interdisciplinares sobre a Cidade*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 121-140. Como exemplo de uma artéria principal que se identificou com uma invocação religiosa, cite-se o caso da rua de Santa Maria,

habitantes ou pelo género de trabalho nelas executado. O nome de algum morador mais notável ou a invocação religiosa de uma igreja próxima eram outros tantos pontos de referência. Portas da muralha e edifícios ligados ao poder ocupavam um lugar destacado na toponímia urbana que se inspirava também na flora e nos elementos paisagísticos naturais.

Em grande número de cidades portuguesas, as ruas principais e mais directas distinguiam-se como “ruas direitas”. O nome de “rua nova” ou “rua formosa” que vemos aplicado às ruas principais de cidades como Lisboa, Porto e Tavira; ou de “rua ancha” que se encontra em Évora, ruas que primam pela regularidade e grandeza, são o resultado de intervenções urbanísticas inovadoras¹⁰.

A rua era o prolongamento da casa, ponto de encontro entre a vida privada e a vida pública. Daí a sua vibração. Como sempre, era uma via de comunicação, mas mais do que isso era o local onde se vivia e convivia. As crianças brincavam, as mulheres efectuavam à porta as tarefas domésticas e os homens de ofícios realizavam na rua grande parte dos seus trabalhos. A presença constante de toda esta gente era, para os passantes, pretexto para amena cavaqueira ou, no caso dos mais apressados, para um simples “salve-o Deus” ou de um “mantenha-vos Deus”.

A rua era barulhenta. Pregões, gritos, risos, choro de crianças, vozes de gente e de animais eram ritmados a espaços pelos sons cadenciados do trabalho ou pelo badalar triste ou alegre de um sino. Os cheiros da rua eram sempre intensos. Nas cidades mais fortemente ligadas ao campo, os odores variavam com a época do ano. O outono era anunciado pelo cheiro do mosto e do vinho novo das adegas, enquanto o frio do inverno andava associado ao cheiro do bagaço de azeitona dos lagares. O odor da lã e dos rebanhos sentia-se melhor na primavera, como o do feno e da palha era mais próprio do verão. Mas a rua era geralmente malcheirosa. Além de ser o vazadouro natural de toda a espécie de lixo, era ainda, por inexistência de esgotos, o lugar para onde se lançavam os despejos de «água vai».

Nos séculos finais da Idade Média, período particularmente flagelado pelas pestes, generalizou-se a ideia de que a causa da peste estava na corrupção dos ares provocada pelos cheiros pestilentos das abundantes estrumeiras. Os responsáveis pelo bom governo das principais cidades portuguesas desenvolveram então uma verdadeira campanha higiénica em prol da limpeza urbana¹¹. Proíbem a formação de esterqueiras dentro do corpo das cidades ou obrigam os seus moradores a removê-las periodicamente; proibem o despejo de águas sujas, animais mortos e “cousas sujas e fedegosas” nas ruas mais concorridas e obrigam os seus moradores a varrer diante da porta pelo menos uma vez por mês. Em Lisboa, o período de varrer a rua começava na Páscoa e terminava no S. Miguel. A operação era diária e o lixo era levado para a Ribeira¹².

Apesar das boas intenções, as posturas e os regimentos eram constantemente desrespeitados. A população dificilmente podia colaborar na limpeza urbana por falta de condições sanitárias básicas e naturalmente pela ausência de hábitos de higiene. Mostra-se mais colaborante, quando se trata de expulsar das ruas das cidades um animal, que durante séculos gozou de livre trânsito nas mesmas. Trata-se do porco que, segundo as queixas de alguns concelhos em cortes do século XV, assumia foros de verdadeira praga que urgia debelar mediante sanções drásticas¹³.

em Guimarães: Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmento, 1989.

¹⁰ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 26. Também L. Carlos Amaral e L. Miguel Duarte, *Os Homens que Pagaram a Rua Nova (Fiscalização Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985. A Rua Nova de Tavira está a ser objecto de um estudo realizado por Luís Campos Paulo, no âmbito do seminário de História Urbana Medieval, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹¹ Maria Ângela Beirante -Espaços públicos nas cidades medievais portuguesas. O exemplo de Santarém e Évora-, *Actas das Jornadas Interdisciplinares sobre a Cidade*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 65-79.

¹² *Livro das Posturas Antigas*, ed. Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 1-11; 26-32; 82; 87.

¹³ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F. C. Gulbenkian/JNICT, 1995, pp. 387 e 722.; *idem*, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, pp.239 e 261.

Todas as medidas atrás referidas procuram servir o bem comum e proteger o espaço público, constantemente ameaçado pela invasão dos particulares. Teoricamente, as vereações urbanas opõem-se à construção de sacadas, balcões, escadas e passadiços que dificultem a circulação, mas, na realidade, acabam por ceder perante os factos consumados. Em nome da higiene urbana, reconhecem frequentemente a apropriação privada de becos e travessas, sob pretexto de que estavam em monturo e constituíam ameaça para a saúde pública¹⁴.

Apesar da sujidade e das obstruções do espaço, a rua era o domínio, por excelência, da sociabilidade urbana, mas também da insegurança e da violência¹⁵. Antes de mais, da injúria verbal que se exprimia por palavras altamente ofensivas, como as que vemos enumeradas no compromisso de algumas confrarias. Injuriados para o homem eram os nomes de “cego”, “fodudo no cu”, “traidor”, “gafo” e “aleivoso”, como para a mulher eram os de “ervoeira”, “cegonha”, “ladra”, “gafa” e “aleivosa”¹⁶. Era sinal de grande provocação “arrapazar” alguém, isto é, chamar “rapaz” a um homem ou, o que era pior, chamar-lhe “rapaz fi de puta”. Trejeitos e gestos obscenos contavam-se entre as provocações mais insultuosas. De extrema gravidade era o acto de meter excremento na boca de alguém (delito de “merda em boca”) que chegou a ser castigado com a pena de morte¹⁷.

Da violência verbal passava-se facilmente à violência física. Esta era responsável por muitos “arroidos” que punham em alvoroço toda a população da rua e mesmo da cidade. Para prevenir tais casos é que os mestrais e mercadores de Évora deviam ter à porta das suas tendas lanças e escudos para prenderem os malfeitores, logo que ouvissem gritar por socorro. E quem quer que lançasse o apelido só podia bradar “aqui d’el-rei” e não de outro modo¹⁸.

As agressões mais temíveis eram, porém, as que ocorriam a coberto do escuro, pela calada da noite. Depois do toque do sino e do apagar do lume, as portas da cidade fechavam-se e as ruas ficavam desertas. Transitar por elas era acto de pura temeridade. A rua convertia-se em palco de violentos confrontos entre bandos de jovens arruaceiros, useiros e vezeiros em assaltos a casas de mulheres que viviam sós e os grupos de quadrilheiros, não menos conflituosos, que tinham o encargo de patrulhar a cidade.

A proverbial atracção da rua transformava-se então em repulsa e medo. Medo do escuro, dos malfeitores e das aves agoirentas. A rua era, afinal, um mundo de contrastes.

A praça

A praça era como que a sala da cidade, o espaço em que todas as sociabilidades se cruzavam. Era o lugar público, por excelência. O antepassado dos meios de comunicação de massa que era o pregão devia ser lançado na praça e dizer algo “em praça” significava anunciá-lo publicamente.

A praça localizava-se sempre num ponto de grande confluência viária. O seu nascimento está ligado ao desenvolvimento do mercado. Em muitas cidades portuguesas, as praças são o prolongamento dos adros das igrejas e identificam-se pela respectiva invocação religiosa. Neste caso a igreja funcionou como agente dinamizador. Num número reduzido de casos, a praça é simplesmente dita praça, porque a sua origem foi essencialmente mercantil.

¹⁴ A título de exemplo, veja-se o que, a este respeito, se passou em Santarém: *op. cit.*, pp. 77 e 99.

¹⁵ Jean-Pierre Leguay, *La Rue au Moyen Âge*, Rennes, Ouest-France, 1984, p. 156.

¹⁶ Cf. Iria Gonçalves e Maria de Fátima Botão, *As Confrarias Medievais da Região de Alcanena*, *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*, IV, Ferreira do Zêzere, 1989, pp. 60; 80; 89.

¹⁷ *Livro das Leis e Posturas*, ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, p. 140.

¹⁸ *Regimento da Cidade de Évora*, tit.º XLI in Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Parte I, Évora, 1885, pp.155-193. *Ordenações Afonsinas*, Livro V, tit.º 71.

As praças portuguesas, como as suas congéneres estrangeiras, eram pequenas e irregulares. Algumas, porém, fugiram um pouco a esta regra. Tenha-se em vista a de Santa Maria de Guimarães, a de S. João de Tomar e a praça de Évora, hoje dita do Geraldo¹⁹.

Em cada cidade podia haver mais do que uma praça, mas a breve trecho uma delas acabou por suplantar as rivais e a grande arma foi o comércio. Não é por acaso que, nas cidades medievais portuguesas, a rua dos Mercadores desemboca habitualmente na Praça. Não é também por acaso que a Judiaria, onde moravam os prestamistas (antepassados da banca) ficava a um pulo da mesma.

Na Idade Média, era ponto assente que os actos comerciais deviam realizar-se pacificamente e à vista de toda a gente. Daqui resulta a garantia da “paz do mercado” e o carácter público do mesmo.

Nas cidades de passado islâmico, a praça foi a herdeira do *sug* muçulmano, conjunto de ruas parcialmente cobertas, onde se vendia de tudo. Em período cristão, a designação de “açougue” reservou-se apenas ao edifício onde se vendia a carne de talho e o peixe de mar. Situava-se quase sempre na praça, onde se vendiam ao ar livre todos os outros produtos. No chão da praça, em bancas e tendas desmontáveis, podia ver-se de tudo: desde pão cozido aos produtos de marçaria. E sobretudo, muita, muita gente, que regateava e gesticulava.

Alpendres, arcos e portais serviam de moldura a este quadro vivo. Emolduravam-no ainda as ricas casas de dois ou mais pisos que ostentavam na fachada janelas e balcões. No rés-de-chão das mesmas, ficavam as tendas dos mercadores de panos, das especieiras, dos ourives, dos tosadores, dos correeiros, dos sapateiros e de outros oficiais, que expunham os seus produtos em poiais e tabuleiros que à noite recolhiam.

Desde o superficial ao supérfluo tudo se vendia na praça. Entre os produtos supérfluos e mesmo nocivos, conta-se a alfêoa ou pasta de melaço. Popularizada entre nós por alfeloeiros castelhanos, que também incrementavam o jogo dos dados, o comércio da alfêoa esteve na ordem do dia nas cortes de finais do século XV. Pelos seus capítulos, ficamos a saber que o consumo deste produto era tido como fonte de vícios. As crianças choravam para obterem dos pais dinheiro para comprá-lo e, quando o não conseguissem iriam provavelmente roubar. Além disso, os alfeloeiros ensinavam os moços a jogar às cartas e aos dados, o que os tornava larâpios, tafuis e arrenegadores. Deste modo, as *Ordenações* do reino tiveram mesmo de se ocupar da alfêoa²⁰.

Resta lembrar que a função mercantil da praça não se limitava aos simples produtos de consumo. Alargava-se a todo o tipo de serviços. Era na praça que os serviçais se ofereciam e eram contratados; era também lá, cerca da taberna ou da estalagem, que as mulheres da mancebia angariavam clientela. Os mendigos e os estropiados que nada tinham para vender, expunham a sua miséria à compaixão dos que passavam e ofereciam-lhes, a troco de uma esmola, a oportunidade de ganhar o Céu. Os ladrões e vagabundos limitavam-se a espiar, aguardando a ocasião mais propícia para extorquirem o alheio.

¹⁹ Cf. as diversas plantas de cidades in *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, vol. I, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da UNL, 1990. Sobre a praça portuguesa têm sido realizadas algumas obras de carácter geral, predominantemente sob o signo da arquitectura: de José Maria da Silva Pinto Barbosa, *Da Praça Pública em Portugal*, dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem, Évora, 1993. - A Praça na Cidade Portuguesa - foi tema de um colóquio realizado em Março de 1999 e organizado pelo Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitectura do ISCTE. Na mesma óptica foram também produzidos alguns estudos monográficos sobre praças portuguesas: de Carlos Bajanca, *A Praça Visconde Serra do Pilar no Centro Histórico de Santarém. Interpretação Urbanística*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentado ao ISCTE, 1999. E ainda, numa vertente puramente histórica: de Saul António Gomes, - A Praça de S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546 -, *Mundo de Arte*, II Série, 1990, pp. 57-78.

²⁰ *Évora na Idade Média*, p. 181 e *Elucidário de Viterbo*, ed. Mário Fiúza, vol. I, p. 353.

Mas, não o esqueçamos, a praça é um espaço altamente polivalente. O seu significado central está longe de se esgotar com a função mercantil. Outra faceta não menos importante da sua valência provém da função política e judicial. Esta afirma-se simbolicamente pela picota e pelourinho e por edifícios como a casa da câmara e a cadeia e, em alguns casos, pelo campanário ou torre do relógio.

Na praça situava-se o paço dos tabeliães, onde se lavravam as escrituras. Cumprindo as formalidades requeridas, antes do empraçamento de uma propriedade, o pregoeiro do concelho devia dar três voltas à praça com um ramo verde na mão apregoando a dita propriedade. Se aparecesse candidato, deveria meter-lhe na mão o ramo verde dirigindo-se ambos ao paço dos tabeliães, onde formalizavam o contrato.

A espectacularidade da justiça medieval tinha na praça o seu palco favorito. Açoites, empicotamento, enfreamento de mulheres ditas “bravas” e mesmo mutilações eram castigos banais no pelourinho. Era também na praça que os justicados de barço ao pescoço e mãos atadas, iniciavam o seu percurso pelas ruas da cidade acompanhados do pregoeiro que anunciava a razão do castigo. Quanto às penas capitais, é de crer que só raramente fossem aplicadas na praça, dado que a força ficava no extramuros. Porém, em casos excepcionais, de alta traição ou heresia, as degolações e autos de fé podiam ocorrer no meio da praça²¹. Mas a justiça medieval tem algo de desconcertante. Apesar do carácter bárbaro das penas, é curioso notar que os presos da cadeia, situada por baixo da casa da câmara, podiam através das grades ver e ser vistos e até dialogar com os transeuntes, mantendo, deste modo, uma relação normal com a sociedade envolvente.

Finalmente, a grande atracção da praça advinha-lhe da sua função lúdica e festiva. As tavolagens e os jogos de azar, perfeitamente aceites até ao século XIV e depois proibidos; os espectáculos de saltimbancos e jograis; os momos e as danças; os jogos de canas e as corridas de touros realizavam-se nela com frequência. Na praça, lugar de encontro da cultura erudita com a popular²², vivia-se intensamente a festa, momento único da sociabilidade urbana.

²¹ Assim, a execução do Duque de Bragança, na Praça de Évora. Cf. Humberto Baquero Moreno, «A Conspiração contra D. João II – O Julgamento do Duque de Bragança», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103.

²² Jacques Le Goff, *Para um Novo Conceito de Idade Média - Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, trad. port., Lisboa, Estampa, 1980, p. 379.